



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

IAGO SILVA BRITO

**AUTOETNOGRAFIA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR**

CHAPECÓ

2023

IAGO SILVA BRITO

**AUTOETNOGRAFIA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adiles Savoldi

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Graff

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Brito, Iago Silva

AUTOETNOGRAFIA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA / Iago Silva Brito. --
2023.

37 f.:il.

Orientadora: Doutora Adiles Savoldi

Co-orientadora: Doutora Patrícia Gräff

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2023.

1. Educação inclusiva. 2. Autismo. 3. Autoetnografia.
4. Políticas educacionais. I. Savoldi, Adiles, orient.
II. Gräff, Patrícia, co-orient. III. Universidade
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

IAGO SILVA BRITO

**AUTOETNOGRAFIA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

ESTE TRABALHO FOI DEFENDIDO E APROVADO PELA BANCA EM 20/07/2023

BANCA EXAMINADORA



PROF^ª. DR^ª. ADILES SAVOLDI – UFFS

ORIENTADORA

PROF^ª. DR^ª. PATRÍCIA GRÄFF – UFFS

COORIENTADORA

PROF^ª. DR^ª. JANE TERESINHA DONINI RODRIGUES – UFFS

AVALIADORA

PROF. DR^º. FABIO CARMINATI – UFFS

AVALIADOR

*Dedico este trabalho a todas as pessoas no
espectro autista, por todos os dias terem que
navegar contra a corrente dominante.*

Iago Silva Brito

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Lucia Silva Santos, por sempre ter me encorajado a seguir meus caminhos na educação desde a primeira infância, me mostrando a importância de uma educação democrática e me apoiando sempre ao que tangia todo suporte e cuidado, mesmo distante. Admiro e agradeço toda bravura e zelo que tive para com as dificuldades enfrentadas no meu percurso acadêmico - mesmo que indiretamente. Além de sua escuta ativa e cuidadosa no que se refere às ternuras que formaram minha permanência durante esses 5 anos - amo você, mãe. Ao meu irmão Tiago Brito, que nunca mediu esforços para se fazer presente em momentos de dificuldades, me ajudando a ter um olhar mais tranquilo para com o mundo e as adversidades encontradas no trajeto social e acadêmico. A minha irmã Tamires Brito, que mesmo longe, sabia o momento certo em me contatar - trazendo sorrisos no cotidiano com fotos antigas de quando crianças. Amo vocês.

As irmãs que a vida me agraciou: Ana Paula Ferreira e Jade Alves, por sempre me acolherem e acompanharem todos os dias, mesmo distantes, tornando uma trajetória mais leve e cômica de se viver - se tornando parte de um todo, uma família. Obrigado por todo suporte, transformando nosso laço em amor e carinho, amo vocês.

Ao meu companheiro de vida, Tiago Kuhn, por sempre me lembrar a escolha que fiz e o meu propósito com a educação, além de todo suporte, amor e carinho - se tornando minha família. Além de tornar os meus dias mais leves e felizes, amo você.

A Ana Paula Grando, por ser a pessoa que me trouxe alívio nas respostas através do meu diagnóstico, e que me acompanhou e incentivou neste trabalho desde o início, sempre com muito cuidado e suporte. Te admiro muito.

Às minhas orientadoras Adiles Savoldi e Patrícia Gräff, por aceitarem a proposta com entusiasmo, além de todas orientações e suporte na construção deste trabalho, se tornando um alicerce fundamental para a elaboração e conclusão desta etapa da vida acadêmica, sempre me lembrarei com muito carinho.

À Laís Fragoso, William Bruner, Aline Dória, Amanda Matos, Miriela Damaris, Laura Zaleski, Lorryna Freitas, Luciana Natália, Waleska Facini, Junior Stevenson, Deivily Dias, Aryel Cacau e a todos que me acompanharam na trajetória acadêmica, contribuindo para minha formação e partilhando momentos inesquecíveis, que carregarei comigo com muito apreço. Muito obrigado, por me ajudarem nessa trajetória, contribuindo sempre com minha permanência.

RESUMO

Este trabalho aborda a acessibilidade no ensino superior para estudantes autistas através da metodologia de escrita autoetnográfica, examinando as dificuldades enfrentadas por eles devido aos processos de normalização que orientam as práticas educacionais. Tendo como objetivo, mostrar uma condição individual que possibilite pensar sobre a condição do autismo e sua inclusão no ensino superior. É destacada a importância da educação inclusiva para promover a autonomia e o desenvolvimento desses estudantes, bem como compreensão do ambiente universitário e sua influência na formação democrática do sistema educacional são ressaltadas como essenciais. A análise das normas existentes é realizada através da metodologia de escrita autoetnográfica, com um olhar crítico, propondo o desenvolvimento de políticas voltadas para uma educação inclusiva e equitativa, capazes de romper com as práticas excludentes e promover um desenvolvimento integral dos estudantes autistas. A revisão da literatura nacional revela a escassez de materiais que abordam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em pessoas adultas. Através da compreensão dos aparelhos disciplinares, é notório que as estruturas contemporâneas das universidades não favorece a inclusão de estudantes que não apresentem um laudo de deficiência, sendo indispensável um procedimento inclusivo e não discriminatório, todavia, evidenciando a importância de que diferentes deficiências necessitam de diferentes suportes e acessibilidades.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Autismo. Autoetnografia. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This paper addresses accessibility in higher education for autistic students through the methodology of autoethnographic writing, examining the difficulties they face due to normalization processes that guide educational practices. The aim is to shed light on an individual condition that enables reflection on autism and its inclusion in higher education. The significance of inclusive education is emphasized to promote autonomy and development for these students, as well as understanding the university environment and its influence on the democratic formation of the educational system. The analysis of existing norms is conducted through the autoethnographic writing methodology, adopting a critical perspective and proposing the development of policies focused on inclusive and equitable education, capable of breaking away from exclusionary practices and fostering the holistic development of autistic students. The review of national literature reveals a scarcity of materials addressing Autism Spectrum Disorder (ASD) in adults. Understanding disciplinary apparatuses makes it evident that contemporary university structures do not favor the inclusion of students without a disability diagnosis, necessitating an inclusive and non-discriminatory approach while highlighting the importance of recognizing diverse disabilities and their specific support and accessibility requirements.

Keywords: Inclusive education. Autism. Autoethnography. Educational policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -CIPTEA.....	25
FIGURA 2 - Crachá de Identificação.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Período de publicações 2011 até 2022.....	14
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIPTEA - Carteira de Identificação de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
NT - Neurotípico
ONU - Organização das Nações Unidas
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PCD - Pessoa com Deficiência
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PNE - Plano Nacional de Educação
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1. Transtorno do Espectro Autista - Avanços e desafios na busca por Inclusão.....	11
1.1 Pessoa Personagem - Autoetnografia do ser autista.....	19
2. AUTISMO E ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O ACESSO E PERMANÊNCIA.....	22
2.1 Inclusão e Estrutura das normas técnicas institucionais.....	25
3. NORMAS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS DE ADAPTAÇÕES DAS NORMAS PARA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA ACADÊMICA DE DISCENTES AUTISTAS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

Desde as minhas primeiras memórias da infância me lembro que a educação era algo que estava sempre vinculado ao viver no cotidiano da minha família, mesmo que, de certa forma, minha mãe não pudesse ter tido uma formação completa, parou os estudos no antigo sexto ano do Ensino Fundamental e meu pai na antiga quarta série. Minha família é natural de uma pequena cidade na Bahia, chamada Vitória da Conquista, localizada no interior do sudoeste do estado, a 503 km de Salvador, sua capital.

No que tange a realidade educacional dos meus pais - nascidos em 1960 - relatam que suas experiências com a escola sempre foram distantes, com saudades dos momentos não vividos - uma vez que, pela falta de mão de obra, os filhos se tornavam subsídios para a realização do trabalho, precisavam ir ao campo, ajudar na manutenção do solo, colheita e plantio. Por falta de legislações efetivas sobre políticas públicas de educação inclusiva, não tinham como manter a educação como prioridade.

As dificuldades dos anos 1980 intensificaram as impossibilidades de garantir as condições básicas de subsistência da família e as dificuldades vivenciadas trouxeram a necessidade de mudança para os meus pais. Com os meus irmãos mais velhos, eles se mudaram para São Paulo, SP, no início dos anos 1990 e, posteriormente, se mudaram para uma cidade no interior de São Paulo.

Toda a trajetória citada acima dialoga com as ideias que fui desenvolvendo sobre a educação e os espaços educacionais que me foram apresentados e se fez primordial na compreensão da importância da educação para a manutenção da autonomia e do desenvolvimento de todos os indivíduos no acesso à cidadania.

Nasci em 1997, no interior do Estado de São Paulo, cresci e vivi em um bairro chamado Parque dos Estados, em uma cidade de médio porte chamada Bragança Paulista, localizada na Serra da Mantiqueira, a 87 km da cidade de São Paulo. Minhas memórias com a cidade, em sua grande maioria, são voltadas à Educação e as vivências nesses espaços.

Com meu ingresso no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó/SC, no segundo semestre de 2018, iniciei minha vida acadêmica como bolsista do PIBID no Subprojeto de Sociologia, cujo vínculo findou em janeiro de 2020. Durante as atividades desenvolvidas como bolsista, sempre fiz o possível para que os alunos(as) fossem despertados(as) e encorajados(as) a desmistificar a sociologia, a antropologia e a ciência política, através das intervenções, para atingirem seus objetivos nas

Ciências Humanas. No período em que estive vinculado ao programa, tive o prazer de amadurecer as ideias e poder desenvolver um projeto com o Ensino Médio, intitulado “As relações de poder partindo do meio escolar”, utilizando o autor Michel Foucault, como base teórica. Esse trabalho proporcionou um grande impacto aos estudantes presentes, visto que os conceitos aplicados de norma, poder e estrutura escolar, elucidaram as dinâmicas estruturais vivenciadas. Por conseguinte, a materialização da compreensão da realidade do ambiente escolar, é essencial para a manutenção dos espaços universitários, atingindo os aspectos da esfera biossocial dos autistas ali presentes, podendo então, por intermédio das políticas públicas voltadas contra a corrente dominante, refletir as normas que o nosso sistema educacional está formando.

O objetivo deste trabalho é *discutir através da autoetnografia, as condições de permanência no ensino superior, especificamente para estudantes autistas, explorando as dificuldades enfrentadas por esse público*. Em síntese, resalto a importância da compreensão da conjuntura do ambiente universitário e sua influência na formação e manutenção democrática do sistema educacional. Analisando e refletindo sobre as normas existentes, propondo um olhar crítico para o desenvolvimento de políticas voltadas para uma educação inclusiva e igualitária, sendo capaz de descontinuar as correntes dominantes e promover um desenvolvimento integral dos estudantes autistas.

1. Transtorno do Espectro Autista - Avanços e desafios na busca por Inclusão

Em revisão da literatura realizada em bases nacionais se encontram atualmente poucos materiais que discorrem sobre pessoas adultas com deficiência do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Posto isso, se faz necessário criar propostas e pensar em políticas educacionais e políticas públicas de acesso e de permanência, que dêem suporte universitário para pessoas Autistas no Ensino Superior e verificar como essas vivências ou a falta delas, afetam na construção de identidade do sujeito e sua trajetória acadêmica. Abaixo apresento uma tabela que demonstra através do uso do repositório de periódicos CAPES, uma pesquisa utilizando “autismo; Ensino Superior” no buscador do portal:

Tabela 1

Período de publicações 2011 até 2022	
Artigos	Dissertações
20	1
Assunto	Quantidade de pesquisas
Inclusão	3
Autismo	8
Educação	4
Ensino Superior	4
Transtorno do Espectro Autista	2

Para melhor leitura e compreensão, segue o título, autor e ano dos artigos encontrados no buscador do periódico da CAPES, utilizando o filtro de busca “autismo; ensino superior”: A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG) Oliveira, Ana Flávia Teodoro de Mendonça ; De Abreu, Tiago Florencio. (2019), O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o ensino de Ciências. Hélen Caroline Ledur; Suelen Bomfim Nobre. (2021), Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. (Aguilar, Claudia Paola Carrasco; Rauli, Patricia Forte. 2020), Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior: Analisando dados do INEP. Silva, Solange Cristina da ; Schneider, Daniela Ribeiro ; Kaszubowski, Erikson ; Nuernberg, Adriano Henrique. (2020), A inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação superior. Sandra Canal. (2021), O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o ensino de Ciências. Hélen Caroline Ledur; Suelen Bomfim Nobre. (2021). Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA Rosa, Fernanda Duarte ; Matsukura, Thelma Simões ; Squassoni, Carolina Elisabeth. (2021), Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. Anderson Jonas das Neves; Carolina de Santi Antonelli; Mariana Giroto Carvalho da Silva; Vera Lúcia Messias Fialho Capellini. (2014), Emparelhamento por identidade e TEA: efeito de pares de estímulos idênticos como consequência de pareamentos corretos. Cruz, Kelvis Rodrigo S.; Melo, Raquel Maria (2018), A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação Paulino, Eduardo Costa, Bruna Santos ; Nakandakare, Eduardo Bento. (2018), A Inclusão da Pessoa

com Autismo no Ensino Superior Santos, Wellington Farias dos ; Santana, Vinicius Santos ; Dias, Lucas De Souza Santos ; Teixeira, Cristina Maria D'Ávila ; Pondé, Milena Pereira. (2020), A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação Sales, Jeferson Falcão ; Viana, Tania Vicente (2020), Estudo sobre a presença do tema “transtorno do espectro do autismo (TEA)” nos currículos de graduação em pedagogia. Guazzelli, Nerise Maia ; Fonseca, Paula Fontana. (2021), Meios auxiliares e caminhos alternativos: o aluno com autismo e a prática pedagógica Santos, Emilene Coco dos Oliveira, Ivone Martins. (2018), Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior. GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim ; BORGES, Adriana Araújo Pereira ; PETTEN, Adriana M. Valladão Novais. (2021), Oficinas sobre transtorno do espectro autista para pais, cuidadores e profissionais: análise de uma experiência. Ribeiro-de-Souza, Leylanne Martins ; Gomes, Máyra Laís de Carvalho ; Silva, Jéssica De Assis ; Santos-Carvalho, Larissa Helena Zani ; Martone, Maria Carolina Corrêa ; Carmo, João Dos Santos. (2019), Percepção de professores sobre a educação inclusiva em uma instituição de nível superior no semiárido paraibano. Almeida, Elzenir Pereira de Oliveira ; Oliveira, José Lucas Santos ; Alves, Cynthia Arielly Alves ; Santos, Thayanna Maria Medeiros ; Silva, Edevaldo. (2019), Editorial, Marques Pereira, Daniervelin Renata. (2020). Criança Autista: Pais e Professores – Uma Parceria de Sucesso no Desenvolvimento de Competências. C. Cruz; C. Pereira ; C. Ferreira ; H. Santos ; M. Ribeiro. (2016), Novos avanços nas pesquisa em educação, psicopedagogia e psicologia Aparecida Mascarenhas, Suely. (2019).

Analisando os dados, é notória a precariedade de pesquisas que englobam o autista na vida adulta, dando continuidade aos seus estudos no Ensino Superior - levando em consideração que os trabalhos existentes, em sua maioria, são de formação pedagógica da educação básica e situações relacionadas à infância e/ou ligados diretamente a área da Saúde com realizações de intervenções/ações.

De acordo com Marilena Chauí, “a universidade, numa conjuntura autônoma e democrática, assume e deve assumir uma postura contrária às exclusões permeadas pelas relações interpessoais, permitindo ao aluno o exercício de seus direitos enquanto cidadão” (CHAUI, 2006, p. 05).

A Universidade pública é um sistema de ação social, onde podemos compreender esse sentido analisando as relações humanas, e por conseguinte as relações que compõem os contextos de sociabilidade. À vista disso, para que sejam criadas políticas de inclusão para pessoas autistas na Universidade, é necessário entender a estrutura das ações que ali permeiam e, além disso, compreender as formas de comunicação do autor da ação e seu esforço comunicativo.

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUI, 2003, p. 01).

Essa relação da Universidade Pública, por outro lado, promove a necessidade da acessibilidade e da permanência na universidade, visto que, a posição de ação social como ideal, pode gerar uma contradição democrática da Educação para com o estudante com deficiência.

Por conseguinte, dialogando com os contextos de sociabilidade e políticas de permanência, exerço uma reflexão autoetnográfica neste trabalho, captando experiências pessoais para entender se: *Como a inclusão de estudantes autistas se materializa no curso de Ciências Sociais da UFFS?*. A questão em si, nos gera reflexões acerca da existência de pessoas em espaços acadêmicos, mas, se faz necessário observar e analisar se eles cumprem os aportes legais estabelecidos por leis como a portaria nº1.1679/1999, que determina os requisitos de acessibilidade para com as Instituições de Ensino, para a autorização e reconhecimento de recursos e credenciamentos. Juntamente, temos o Decreto nº 3.298/1999, que em seu Art. 27 delimita que as Instituições de Ensino Superior proporcionem adaptações durante a vida acadêmica como em provas e atividades curriculares, se necessário – alterando a matriz curricular para a inclusão de conteúdo e itens relacionadas à pessoa com deficiência. Estes decretos, leis e portarias funcionam como instrumentos de governo. De acordo com Michel Foucault (1978), esses são aparatos e características gerais dos dispositivos de segurança e poder sobre as populações, exercendo uma nova técnica política: “a norma, a normação e a normatização” que podemos chamar, em linhas gerais, de sistemas da lei disciplinares. (FOUCAULT, 1978, p. 73).

A fim de elucidar esses questionamentos, se faz necessário compreender o processo histórico da formação do que conhecemos hoje pelo DSM-5¹ como Transtorno do Espectro Autista e seus marcos históricos através de pesquisas realizadas.

O termo *autista*, usado hoje, foi criado no início do século XX (1908) por um médico psiquiatra suíço chamado Eugen Bleuler, dando sentido e significado para aquilo que representaria uma fuga da realidade, inicialmente para pacientes com esquizofrenia. Após muitos anos, em 1943, já quase na metade do século, o Médico Psiquiatra Leo Kanner,

¹ Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders-V

publicou sua obra intitulada *Distúrbio Autísticos do contato Afetivo*, em que estudou e dinamizou 11 casos de crianças que indicavam isolamento extremo desde o início de sua jornada na vida e um olhar voltado a manter rotinas e apresentando aspectos notáveis na forma de comunicação. No ano seguinte, 1944 Hans Asperger² em seu artigo *A psicopatia autista na infância* detalha a taxa predominante de autismo em meninos, apresentando características como falta de empatia, dificuldades para realizar sociabilidades e fazer amizades, hiperfoco e movimentos descoordenados.

Em 1952 foi publicada a primeira edição do DSM-1 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais) sendo uma referência mundial para pesquisadores e clínicos que atuam no ramo, fornecendo as nomenclaturas adequadas, critérios, formas de avaliação, com fins de ajudar no diagnóstico dos transtornos. Nesse primeiro momento, os sintomas eram classificados como um subgrupo da esquizofrenia infantil, desta forma, ainda não sendo visto como uma condição específica e separada.

O debate e as pesquisas sobre o autismo durante os anos 1950 e 1960 eram deveras duvidosos, gerando dúvidas para os médicos sobre a causa do transtorno, se estaria ou não associada a um distúrbio por pais emocionalmente distantes, sendo relacionada com a teoria/hipótese de Leo Kanner e descrita como *mãe geladeira*, que foi descartada a partir do aprofundamento de pesquisas sobre essa condição. Não obstante, nos anos 1960 tivemos um aumento nas evidências de que o autismo seria então um transtorno cerebral, sendo presente desde a infância, e, sendo identificado em todo globo terrestre, indiferente de fatores socioeconômicos ou étnico-raciais.

Alguns anos depois, em 1965, começam a aparecer alguns sinais de acessibilidade para pessoas com autismo. Temple Grandin³ especialista em manejo animal e com autismo, cria uma *máquina do abraço*, que acalma pessoas com autismo, devido à sobrecarga de estímulos sensoriais. Grandin utilizou a sua máquina para melhorar, também, o bem estar animal durante o abate de animais, durante o manejo.

O seu pensamento visual foi fundamental no seu trabalho com o manejo de gado, por permitir que ela entendesse o comportamento animal de uma forma mais profunda. Com ênfase em permitir que o gado expresse o seu comportamento natural, as suas

² Seu trabalho foi publicado em alemão durante a guerra, o artigo/relato não teve notoriedade e, só em 1980, foi então reconhecido como um pioneiro no segmento.

³Nascida em 1947, Temple começou a falar apenas depois dos 4 anos, quando foi diagnosticada com Síndrome de Asperger, distúrbio que faz parte do espectro autista. Mesmo com recomendações médicas para internação em uma instituição psiquiátrica, sua mãe insistiu para que a filha tivesse uma educação formal, enfatizando que a filha “era diferente, mas não inferior”. Formada em Psicologia com Ph.D. em Zootecnia, Temple é professora da Universidade Estadual do Colorado e presta consultorias para a indústria pecuária em todo o mundo. No ano passado, ela veio ao Brasil fazer palestras concorridas sobre bem-estar animal para empresários do setor. (PADRON, 2019)

técnicas e projetos foram tão eficientes que atualmente quase metade dos bovinos nos Estados Unidos passa por instalações projetadas por Temple (PADRON, 2019, p. 01).

A pesquisa de Temple Grandin, foi importante para fomentar a pesquisa sobre autistas no meio acadêmico, pois trouxe notoriedade para a luta e a causa, pensando em acessibilidade e também na visibilidade para os neurodivergentes⁴ mostrarem suas capacidades no meio de trabalho, visto que o trabalho traz consigo uma estrutura social baseada em diversos fatores que impactam na vivência e nos processos históricos de cada indivíduo.

Após treze anos, o Médico Psiquiatra Michael Rutter, em 1978, sugere a classificação do autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, sendo importante para a compreensão do TEA, definindo em quatro critérios: 1) atraso e desvio sociais, não só como deficiência intelectual; 2) problemas de comunicação, não só em função de deficiência intelectual associada; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos, e; 4) início antes dos 30 meses de idade. Em 1980, após as contribuições de Rutter, pesquisas sobre o TEA começam a ficar mais evidentes, surgindo assim, a elaboração do DSM-3, onde o autismo é, pela primeira vez, reconhecido como uma condição, mas, em uma nova categoria denominada (TID) Transtornos Invasivos do Desenvolvimento.⁵ (PERES ASNIS. 2016).

No ano seguinte, em 1981, a médica psiquiatra Lorna Wing denomina o conceito de Espectro, dentro do autismo - determinando também a denominação da Síndrome de Asperger (em referência ao autor Hans Asperger). Sua contribuição para os conceitos e conhecimentos sobre o TEA serviu de campo motor para a disseminação do tema, em nível mundial, pela fundação da National Autistic Society, juntamente com Judith Gold, e o Centro Lorna Wing.

Em 1988 tivemos, pela primeira vez, um filme norte americano de grande sucesso, dirigido por Barry Levinson, chamado Rain Man. O filme, embora tenha contribuído para a conscientização de pessoas no Espectro, acabou por conscientizar de forma negativa, visto a interpretação incorreta de que todas pessoas com TEA seriam semelhantes, com grandes aptidões e altas habilidades em áreas específicas ou determinadas.

Após quatorze anos de pesquisas, foi elaborado o novo DSM-4, com novos critérios para a definição de autismo, a partir da observação e da análise de mil casos, por mais de cem avaliadores clínicos. A partir dessa atualização do documento foi possível definir a síndrome

⁴ Neurodivergente/neurodiverso: refere-se a pessoas cujo funcionamento neurológico difere do padrão considerado neurotipicamente "normal" pela sociedade. Essas diferenças podem incluir condições como autismo, TDAH, dislexia, transtorno bipolar e outras, destacando-se pela diversidade de habilidades cognitivas e processamento sensorial.

⁵ Este termo reflete o fato de que múltiplas áreas de funcionamento do cérebro são afetadas pelo autismo e pelas condições a ele relacionadas.

de Asperger como uma das condições que compõem o Espectro do Autismo, que inclui casos leves, nos quais o indivíduo tende a ser mais funcional.

Em decorrência da necessidade da luta pelos estudantes autistas, emerge a necessidade de defender os direitos adquiridos nos processos históricos das pessoas com TEA, visto que existe uma corrente dominante gerada pela normatização que nos obriga ir contra nossa forma de existir, nos emoldurando através de normas que não nos contemplam, onde a discriminação e as formas de ser autista, não agradam as técnicas educacionais - Essas percepções, me acompanharam durante a trajetória na vida acadêmica, tendo como base o meu diagnóstico na última fase do curso, me ficou claro que o meio acadêmico busca um padrão de respostas e comportamentos que apenas dificulta a permanência estudantil. Tais dificuldades entram de embate com a corrente dominante dentro de sua estrutura biossocial, que se torna limitadora na busca por um diagnóstico, visto que o estudante sempre estará vivenciando distintas realidades dentro das relações universitárias e que sem o suporte necessário, geram processos de exclusão. Desta forma, é necessário refletir que ainda estamos caminhando para uma melhora, a passos lentos da educação superior, visto que o autista após seus 18 anos de idade, é esquecido como pessoa com deficiência, sendo forçado a se enquadrar em todas as normas e normatizações sociais e institucionais - porém, não é levado em consideração que ainda não alcançamos um ensino democrático, no que tange a realidade da educação básica, onde não foi atingida a meta 4 do PNE (Plano Nacional de Educação):

Meta 4 – universalizar, para a população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendimento educacional especializado. Essa meta trata, portanto, da educação especial, e como não menciona a data, considera-se o final da vigência do Plano, ou seja, 2024, como prazo para ser atingida. (SAVIANI. 2020, p.06)

Há uma observação necessária, mesmo com todas as lutas existentes, deixo aqui uma crítica a forma que estudantes neurodiversos são mencionados na educação, sendo utilizado o termo “*especial*”. Esse termo de forma direta, já nos exclui da sociedade dita como “normal”, já iniciando um processo de exclusão desde a educação básica até a vida acadêmica, embora não seja mencionado nas políticas que orientam os cuidados com a educação, este termo é comumente utilizado nos corredores da universidade, escolas, reuniões, aulas - com um único fim - identificar a pessoa autista como “*especial*”, ignorando o fato de como esse termo nos coloca em um lugar que nos afasta, em uma categoria que nos inferioriza, sendo

capacitista⁶- além de reforçar a ideia de que somos diferentes ou inferiores às pessoas neurotípicas⁷.

Em 1998 a revista acadêmica Lancet publica um artigo do cientista Andrew Wakefield, que certificava que determinadas vacinas eram as causadoras do Autismo. Essa pesquisa foi totalmente repudiada, removida da base de dados da editora e o autor perdeu seu registro médico. Dado o ocorrido, a revista publicou sua nota de repúdio ao ocorrido, comprovando posteriormente com diversos artigos, que vacinas não são responsáveis pelo Autismo.

Em ocasião, no ano de 2007, a ONU instituiu o dia 02 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, trazendo a atenção e a conscientização das pessoas ao redor do mundo, e mostrando a importância de conhecer sobre as pessoas no Espectro Autista. Porém, só em 2018 essa data passou a ser incluída no calendário brasileiro, como dia oficial da conscientização sobre o Autismo.

No ano de 2012, o Brasil começa a dar relevância para o Autismo a níveis legislativos, com a sanção da Lei Berenice Piana (12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa Lei é de suma importância para a manutenção dos deveres do Estado para com as pessoas com Autismo, garantindo os seus direitos, o acesso a tratamentos, “terapias e medicamentos pelo Sistema Único de Saúde; à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem igualdade de oportunidades” (FERREIRA, 2023, p. 22).

Quase vinte anos após atualização do DSM-4, em 2013 é publicada a nova edição do DSM-5, que começa a abranger as subcategorias do autismo em um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista (TEA), diferenciando a condição em níveis de gravidade/suporte. Nesta nova edição, a Síndrome de Asperger passa a não ser mais considerada a parte do Espectro e o diagnóstico para o Autismo é definido por dois critérios: as características distintas de comunicação e a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. No ano seguinte, em 2014, uma grande pesquisa foi realizada na Suécia, com contribuições de algumas Universidades⁸ do mundo. Sendo o maior estudo já realizado, ele

⁶ Capacitismo é a discriminação para com PCDs (Pessoa com Deficiência) com base na ideia que ser neurotípico é superior.

⁷ Uma pessoa neurotípica é aquela cujo funcionamento cerebral e neurocognitivo segue o padrão considerado "normal" ou predominante na população. Em outras palavras, é alguém cujo desenvolvimento neurológico se enquadra dentro da média das habilidades e características cognitivas, emocionais e comportamentais esperadas pela sociedade.

⁸Department of Medical Epidemiology and Biostatistics, Karolinska Institutet, Sweden; Department of Psychosis Studies, Institute of Psychiatry, King's College London, United Kingdom; Department of Psychiatry, Ichan School of Medicine at Mount Sinai, New York, New York; Department of Preventive Medicine, Ichan School of Medicine at Mount Sinai, New York, New York; Seaver Autism Center and Friedman Brain Institute, Ichan School of Medicine at Mount Sinai, New York, New York

reuniu dados que demonstram que os fatores ambientais estão estritamente ligados ao diagnóstico da pessoa com TEA. Aspectos como complicações no parto, infecções sofridas pela mãe e o uso de drogas antes e durante a gravidez, também são fatores contribuintes.

Após a sanção da Lei Berenice Piana a (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012), passa-se a determinar a pessoa Autista como pessoa com deficiência, como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2012, s/p). Essa medida, teve um impacto importante para a manutenção dos direitos dos Autistas e uma melhora no seu suporte e qualidade de vida, visando mais acessibilidade e inclusão. Por conseguinte, contribuindo para o combate à discriminação e à regulamentação ao atendimento prioritário. Cinco anos depois, em 2020, após muitas lutas, entre em vigor a Lei 13.977, denominada Lei Romeo Mion, que cria a carteira de identificação do Autista, a CIPTEA (Carteira de Identificação de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), sendo importante para a manutenção de Políticas Públicas voltadas à acessibilidade dos Autistas e uma forma de identificação, tendo o papel de facilitar o acesso aos direitos previstos na Lei Berenice Piana. Logo em seguida, no ano de 2022, é atualizada a nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID 11, seguindo as determinações estabelecidas do DSM-5 e passando a chamar de Transtorno do Espectro do Autismo para englobar todos os diagnósticos que eram chamados de Transtorno Global do Desenvolvimento.

Portanto, esta seção, contribui para as produções no campo das políticas públicas de acesso, inclusão e permanência do estudante autista no ensino superior, dinamizando a sua importância para o conhecimento dos processos históricos e as lutas pela manutenção e ampliação de direitos mediante a minha experiência como estudante autista. Os desafios para a permanência serão apresentados através dos caminhos para a busca do meu diagnóstico. Os limites, questões biossociais que atravessam as relações de norma e normalidade esperada dentro da estrutura educacional universitária, gerando processos de exclusão dentro das práticas pedagógicas.

1.1 Pessoa Personagem - .Autoetnografia do ser autista

A fim de elucidar como as políticas públicas são desencadeadas por diversos processos históricos culturais, sociais e econômicos, que juntos impactam no processo de permanência, inclusão e desenvolvimento de aprendizagem e identidade da pessoa Autista nos espaços universitários, é muito importante o Ser autista. O autismo é “impregnante, colore

cada experiência, cada sensação, percepção, pensamento, emoção e encontro, todos os aspectos da existência” (ORTEGA, 2008, p. 485), entre todos os prismas que formam a identidade Autista, dando sentido a suas construções do Ser. Essa construção engloba consigo formas dinâmicas de existir e coexistir dentro da neuroatipicidade, a qual é totalmente desvinculada de uma pessoa neurotípica (NT). Desta forma, nos abrindo caminhos para pensar como a norma, estruturada pelas instituições, gera a estrutura educacional, sendo necessário compreender que as normas não são simplesmente regras que regem o comportamento das pessoas, mas, são instrumentos de poder que são usados para controlar e moldar os indivíduos dentro da sociedade. Foucault (1975) desempenha um papel importante na dinamização da educação, pois ela é um fator de reprodução dos sujeitos na sociedade, perpetuando as normas sociais e as relações de poder existentes, sendo responsabilidade dos sujeitos em sua trajetória educacional e coletiva, desenvolverem saberes que transformem as informações já forjadas pela sociedade em que vivem - onde também são submetidos a essas normas institucionais e/ou culturais - tendo em vista que escolas e universidades funcionam como dispositivos de disciplina e controle, onde as normas são impostas e internalizadas pelos sujeitos.

Através de práticas de resistência, é possível mudar o cenário universitário para os autistas, visto que as normas são mutáveis através do tempo e variam dentro dos contextos históricos e sociais presentes, sendo construídas através de interesses e mantidas pelo meio político e social - levando em consideração que a norma técnica institucional vai contra a permanência efetiva do estudante autista, ignorando seus saberes, sendo essencial desafiar as estruturas de poder e direcionar uma educação igualitária.

A metodologia deste trabalho consiste em trazer a experiência pessoal, como pessoa personagem. De acordo com a autora Luísa Pitanga:

Já como pessoa-personagem da cientista social me dou conta do quanto a formação em Ciências Sociais conforma minha maneira de pensar e de olhar para o mundo em volta. E que isso não tem volta, já que essa formação cria uma inescapável perda da inocência que nos torna eternos desconfiados, questionadores, desvendadores (PITANGA. 2020, p. 11).

Sendo assim, utilizando uma perspectiva da educação inclusiva, para realizar uma narrativa subjetiva, são identificados os marcadores sociais da diferença, os quais estão inseridos na apropriação de diferentes abordagens teóricas e abrem a possibilidade de novos modos de se ver e entender o autismo, que superam a explicação biomédica (WUO, 2019).

Utilizo o método de escrita chamado Autoetnografia⁹, para a refletir sobre um fenômeno que é mais amplo perante as minhas observações como pesquisador Autista, nível 1 de suporte com comorbidade em Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, (TDAH). Minha vivência escolar e estudantil me permitiram traçar caminhos de diálogo com o campo da Antropologia e da Educação.

Para desenvolver meus percursos etnobiográficos, na forma de narrativa autoetnográfica, me vali das possibilidades colocadas tanto pela etnobiografia quanto pela autoetnografia que me parecem elaborações pertencentes a um mesmo campo teórico-metodológico pois, articulam biografia e etnografia; buscam reconfigurar a autoridade etnográfica; reconhecem a subjetividade como fator importante na construção do conhecimento; trabalham na perspectiva da polifonia e da reflexividade e produzem novas formas de texto etnográfico que respondem à tentativa de incluir diferentes vozes culturais (PITANGA, 2020, p. 06).

Desta forma, essa articulação e construção do conhecimento autoetnográfico carrega consigo uma luta contra a corrente dominante, através de uma norma baseada em um campo de poder disciplinar onde fui inserido estruturalmente. Foucault (1979) destaca que o campo do poder aparece protegido pelas normas técnicas definidas pelo estado de relações de forças entre os atores sociais. A Partir das discussões de Foucault (1979), podemos compreender os terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias, que juntos, moldam o ser autista através do fator biossocial, sendo possível identificar como o social da universidade implica no ser Autista. A estrutura normatizadora deste comportamento traz consigo ideais éticos e sociopolíticos formados por uma norma complexa, que não nos contempla de forma efetiva, nem a implementação de políticas públicas que tornem possível a existência de acessibilidade para indivíduos autistas, que detalharei melhor no decorrer deste trabalho.

A escrita dessa experiência dialoga com os limites e as possibilidades da legislação no Ensino Superior, e como o funcionamento desse sistema institucional carrega consigo um processo histórico, onde estruturas normativas formam culturas de exclusão, utilizando de legitimidade epistemológica para disseminar preconceitos. A proposta também busca dar visibilidade para os sinais e sintomas do TEA dentro do ambiente universitário, e se os espaços presentes estão preparados para receberem esses indivíduos, gerando a permanência estudantil e os acompanhando até sua colação de grau.

⁹A autoetnografia é uma abordagem de pesquisa que combina elementos da etnografia e da autobiografia. É uma forma de pesquisa qualitativa em que o pesquisador explora e descreve sua própria experiência vivida dentro de um contexto cultural específico. Ao contrário da etnografia tradicional, que envolve o estudo de outras culturas, a autoetnografia concentra-se na análise reflexiva da experiência pessoal do pesquisador.

2. AUTISMO E ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O ACESSO E PERMANÊNCIA

Ingressei na UFFS em 2017, através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no curso de Licenciatura em Química, noturno. Naquele período minhas aspirações estavam voltadas para as ciências da Natureza, mas, a UFFS dentro do seu PPC dos cursos, têm em comum acesso a todos cursos, as chamadas “disciplinas do tronco comum” onde estudamos diversos componentes curriculares das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a fim de solidificar a nossa formação. Por consequência desse acesso solicitei a transferência interna para estudar Ciências Sociais licenciatura, no Campus de Chapecó, tendo iniciado minha trajetória em agosto de 2018.

A minha vivência na Universidade trouxe inúmeros pensamentos relacionados ao saber acadêmico e como minha trajetória iria influenciar nos caminhos a serem percorridos - neste momento ainda não havia obtido o diagnóstico do Autismo. Escrevo então, como um estudante autista, que durante sua graduação e seus 25 anos de vida, viveu sem respostas.

Em relação ao que tange as angústias e aflições até a obtenção do diagnóstico, de certa forma foi um período deveras perturbador - a falta de ligação e identificação com as normas institucionais e regras sociais que a mim eram apresentadas, nunca fizeram sentido no que diz respeito a minha permanência. Por inúmeras vezes pensei em abandonar o curso, pois me sentia deslocado da realidade atribuída pelos colegas de graduação. As adversidades relacionadas ao não encaixe na norma sempre causavam reflexões e pensamentos cíclicos relacionados a forma de ser e estar presente nos meios universitários.

Após a obtenção do meu diagnóstico em um conjunto multidisciplinar - Neuropsicóloga e Psiquiatra, pude compreender melhor meus sentimentos e sensações, e utilizar meu crachá de identificação autista após a obtenção do laudo. A utilização do crachá, de início me trouxe inúmeras sensações - saber que ao utilizar um símbolo que representa uma identidade, estaria me demarcando socialmente, então surgiam pensamentos como *“será que vão brigar comigo por usar a fila preferencial mesmo sendo meu direito?”, “será que as pessoas irão me tratar de modo normal ou como se eu fosse uma criança? ou “será que estarei mais vulnerável a situações de violência?”*. Esses questionamentos me atravessam e acredito que atravessarão a vida toda, mas, com suporte adequado são criados recursos que juntos me dão autonomia para viver em sociedade.

Por conseguinte, entrei em contato com o setor de acessibilidade para ter suporte adequado nas últimas semanas de graduação. O suporte que me foi apresentado agiu de maneira bastante acolhedora, detalhando meus direitos como estudante autista e como utilizar desses recursos previstos em lei, que irei dinamizar melhor no decorrer desta seção - destaco

aqui como a norma e o desvio produziram a normalidade ou a anormalidade sendo categorizado dentro da diferença e da identidade.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2012, p. 86).

Por conseguinte, mediante a formação da identidade e do ser autista, não desconsidero o papel das famílias, da formação dos professores ou mesmo da condição do estudante, e sim, refletir em quais bases epistemológicas estão sendo sustentadas as pesquisas - seja o indivíduo que for, como ele é impactado pelo discurso científico, principalmente se cunhado no discurso biomédico (WUO, 2019).

É importante pensar como o estudante autista, no campo científico da Educação, se enquadra nas produções científicas, sendo necessário refletir sobre as estruturas formadoras de políticas públicas de acessibilidade, inclusão e permanência, dentre as quais se observa a predominância de pesquisas na área da saúde e carece de artigos sobre neurodiversidade na área da Educação e Ciências Humanas, voltados para o ser autista nos espaços universitários, de forma que a estrutura do ambiente biossocial impacta na nossa formação como ator social.

O autor Bonnewitz (2003) disserta sobre Pierre Bourdieu¹⁰ e seus conceitos contemporâneos, sobre relações de interdependência entre campo e Habitus, uma vez que o autor compreende o campo como um espaço de disputa, onde os agentes conflitam pela hegemonia dentro do campo e dessa forma instauram convencionalmente uma verdade. Os indivíduos que controlam essa hegemonia, estão disputando o campo e apontando como verdade o que mais diz respeito à sua área de atuação e ao modo como eles produzem seus conhecimentos, e a partir disso podemos encontrar de fato uma construção de um habitus que provém dessa logística de performance do campo, levando em consideração um profissional da educação que queira se inserir em algum lugar de importância hegemônica. Assim, a disputa presente dentro de um campo, especificamente aqui o campo científico da Educação, depende do habitus que ela mesma criou dentro de seu funcionamento desse habitus ajuda na estruturação do campo, na forma como ele atua.

¹⁰ Pierre Bourdieu foi um sociólogo francês. De origem campestre, filósofo de formação, foi docente na École de Sociologie du Collège de France.

Desta forma, a naturalização da inclusão, tanto no contexto social como escolar, impacta na sua transformação. Para Alfredo Veiga-Neto e Maura Lopes (2011, p. 03) sua lamentável transformação num imperativo faz com que, justamente por ser um imperativo, apresenta-se como que blindado a toda e qualquer crítica. Desta forma, torna-se essencial pensar em políticas públicas que caminham contra a corrente dominante. “Isso nada tem a ver com ser “contra a inclusão”; tem a ver, sim, com a prática da suspeita radical frente às verdades estabelecidas e tidas tranquilamente como “verdades verdadeiras” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p. 123).

Portanto, como estudante universitário e autista, irei desdobrar nesta seção como as políticas públicas de acessibilidade, inclusão e permanência, atuam como recursos de subsídio para a formação desses indivíduos nos cursos de graduação dentro do ambiente universitário, pontuando como o contexto educacional, a formação do ser autista e sua identidade, travaram ao passar dos anos, inúmeras lutas pela manutenção de direitos do Estado Legislativo, sendo importante a compreensão e a análise dos processos históricos como a criação de Lei de cotas (2012):

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016, s/p).

Considerando o acesso, o ingresso e a permanência ao ensino público e gratuito, a norma técnica institucional é de suma importância para a supervisão e aperfeiçoamento das políticas públicas para pessoas com deficiência na Educação Superior, visto que as dinâmicas biossociais não contemplam efetivamente esses estudantes, de modo que podem gerar exclusões. O acesso através das cotas, busca afirmar uma representatividade democrática desses indivíduos na Educação Superior, de forma a promover a inclusão e combater possíveis exclusões sociais. É importante ressaltar que as dinâmicas biossociais ainda apresentam desafios significativos, evidenciando a necessidade contínua de aprimoramento das políticas públicas nesse contexto.

2.1 Inclusão e Estrutura das normas técnicas institucionais

Pensar em inclusão e estrutura das normas técnicas institucionais é um fator fundamental para a análise representativa dos direitos de pessoas autistas nos espaços universitários, buscando compreender seus momentos históricos e particularidades, que dinamizam uma representatividade do corpo acerca da afirmativa “*autismo não tem cara!*”.

Com destino à detalhar essa questão, Foucault (1976)¹¹ compreende como poder, verdade e discurso, estão atrelados e juntos, caracterizando aquilo que constitui o corpo social. Para o autor, “somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade” (FOUCAULT, 1976, p. 279). Considerando o pensamento do autor, passo a entender que ser autista no meio acadêmico é deveras complexo, pois sempre estamos submetido a riscos de exclusões através dos mecanismos de poder - como as leis, que produzem um sentido normatizador para o estudante, dificultando não somente sua inclusão, mas seu acesso dentro da estrutura técnica institucional, onde o poder funciona e se executa em rede.

Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. (FOUCAULT. 1976, p. 284)

Esse entrelaçamento do poder constitui o sujeito através dos efeitos de poder, seja na esfera econômica, social, educacional, cultural ou familiar - essas múltiplas sujeições são as responsáveis pelo funcionamento do interior do corpo social.

O ser autista dialoga com a necessidade de estar presente, de forma que seja incluído nesse funcionamento social, através de políticas públicas de inclusão e suporte. O sistema de ensino superior é responsável por cumprir a Legislação Brasileira, e efetuar a inclusão da Pessoa com Deficiência, de acordo com alguns decretos estabelecidos em lei, que detalharei abaixo:

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011¹²

§ 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

¹¹ Curso no Collège de France, em 14 de janeiro de 1976. Tradução de Mara Teresa de Oliveira e Roberto Machado.

¹² Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2011, s/p).

Esses decretos, contribuem para a configuração das normas institucionais nas Universidades do Brasil, para garantir a permanência e inclusão deste estudante. É possível observar uma convergência entre os conceitos de Foucault sobre as normas que geram poder dentro das políticas educacionais, em especial para autistas. Diante desta perspectiva crítica, é pertinente analisar os decretos que tratam da educação inclusiva, visando eliminar barreiras físicas de comunicação e de informação que limitam a colaboração, o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes autistas.

Por conseguinte, é necessário compreender os discursos de domínio, que junto aos direitos, se tornam instrumentos de dominação em seu conjunto de aparelhos, instituições, decretos, normativas e leis - que juntas aplicam e regulamentam esses direitos.

Procurei fazer o inverso: fazer sobressair o fato da dominação no seu íntimo e em sua brutalidade e a partir daí mostrar não só como o direito é, de modo geral, o instrumento dessa dominação - o que é consenso -, mas também como, até que ponto e sob que forma o direito (e quando digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparelhos, instituições e

regulamentos que aplicam o direito) põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania, e sim de dominação (FOUCAULT. 1976, p. 281).

Pensando no conjunto de aparelhos que constituem o direito, é fácil de se observar sendo estudante autista, que a estrutura das universidades limita a inclusão em formas de rampas de acesso, estabelecendo um embate técnico institucional - onde a inclusão é sim fundamental para a realização de uma abordagem inclusiva e não discriminatória, porém, é importante ressaltar que diferentes deficiências requerem diferentes adaptações e observações. Ao elaborar estruturas de espaços é fundamental ir além das necessidades de locomoção e ponderar outras deficiências, como deficiências visuais, auditivas, intelectuais ou transtorno do espectro autista.

Se estes desafios estruturais forem ignorados teremos artifícios de exclusão, pois, ao criar espaços que atendem apenas a um determinado grupo de pessoas com deficiência, estaremos sustentando uma norma que delimita algumas deficiências que são mais importantes ou mais válidas do que outras. Isso reforça hierarquias e estruturas de poder que privilegiam certos grupos em detrimento de outros.

Uma forma de identificação para pessoas autistas é a utilização do crachá de identificação com um *Qr Code* contendo seu laudo ou com sua CIPTEA juntamente com o colar com o símbolo autista ou de girassol¹³, abaixo uma imagem ilustrativa da carteira de identificação:

Figura 1

GOVERNO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
FCEE

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTISTA
Nº 000061

NOME: MARIA DA SILVA

FOTO

CPF:
Data nascimento:
Local nascimento:
Filiação:

Tipo sanguíneo:
Endereço residencial completo:

Telefone:

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE

¹³ É um colar de identificação para pessoas com deficiências invisíveis/ocultas e também terem acesso aos sistemas de atendimento preferencial.

Figura 2



Esses instrumentos (símbolos) de informação social são importantes para a ação efetiva das políticas públicas de acesso aos seus direitos reconhecidos em Lei - é essencial promover uma conscientização mais ampla sobre as diferentes deficiências e suas necessidades específicas, tanto entre os profissionais responsáveis pelo planejamento e estruturação de espaços quanto entre a população em geral, de forma que as barreiras geradas pelo efeito da verdade do poder sejam superadas.

Através de uma abordagem democrática, inclusiva e não discriminatória, e que considere todas as deficiências, será possível ampliar as normas impostas pelo poder e proporcionar a participação plena dos estudantes autistas nos espaços universitários, de forma que se efetive a inclusão e tenha a garantia de direitos aos estudantes autistas. Para isso, é fundamental promover a conscientização sobre as diversas deficiências e suas necessidades específicas, tanto entre os profissionais quanto na sociedade em geral.

3. NORMAS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS DE ADAPTAÇÕES DAS NORMAS PARA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA ACADÊMICA DE DISCENTES AUTISTAS.

Ao investigar o percurso estudantil na universidade, muitas adversidades são encontradas no cotidiano da vida acadêmica, e a busca pela permanência e pela inclusão dos estudantes é um desafio recorrente no trabalho realizado em sala de aula. Nesse contexto, torna-se essencial compreender se as normas e práticas técnicas institucionais são inclusivas para pessoas com deficiência, como é o caso dos estudantes autistas.

No processo de permanência e de inclusão desses estudantes observa-se que as normas e técnicas institucionais atribuídas aos estudantes neurodiversos não os contemplam, mesmo tendo normas e instruções educacionais para com autistas adultos em cursos de nível superior,

ela não é efetiva, onde alguns docentes adotam métodos de didática e/ou aplicação de provas padronizados, considerando somente o funcionamento de quem segue a norma, ignorando o funcionamento cerebral autista. É fundamental um maior reconhecimento das demandas individuais dos estudantes neurodiversos e a realização de estratégias adaptadas para promover inclusão no meio acadêmico - o que contribui para a permanência desses discentes.

Esses corpos e comportamentos dos indivíduos no contexto educacional revelam mecanismos que as normas estabelecidas no meio educacional padronizam e disciplinam os corpos dos estudantes, definindo o que é classificado como normal - dentro das técnicas de poder de governo. Não obstante, o uso dessas normas é questionável para estudantes autistas, uma vez que as suas necessidades e características não se alinham com que é considerado normativo. É importante perceber a formação dos blocos de poder no sistema de norma educacional, ignorando as diversas realidades econômicas, culturais e de relações sociais. Segundo a autora Wortmann (2019, p. 08), é “na contramão dos recortes que certos ramos disciplinares estabeleceram para pensar a cultura, as abordagens multidisciplinares suscitaram a inclusão de discussões sobre o poder nas análises dos fenômenos culturais [...]”. Dentro deste recorte, se faz necessário descrever minha experiência como estudante autista, observando os processos pedagógicos formadores de permanência - no que tange uma experiência sem o diagnóstico até o penúltimo semestre da graduação.

Durante minha trajetória acadêmica, sempre me foram claros os objetivos a serem traçados como estudante e pesquisador na universidade, minhas experiências foram sempre vinculadas a projetos de extensão ou pesquisa - como bolsista Capes em diversos projetos. Dentro desta estrutura acadêmica, eu nunca me senti incluído de forma que me sentisse seguro dentro das relações, embora eu não tivesse dificuldades em me comunicar com os ali presentes, eu sentia um grande desconforto e um desvio em relação a norma biossocial que era imposta - como a relação entre grupos, prazos em relação às atividades e, principalmente, dificuldade de concentração pelos ruídos e barulhos para a realização de provas ou apresentações de seminário, visto que um dos meus sintomas de desregulação sensorial em momentos de estresse e/ou propícios a ansiedade é a sudorese excessiva, dores nas pernas (como se fossem agulhas) e cansaço extremo, causando desconforto no ambiente, levando em consideração que no campus em que estudei não há ventiladores ou ar-condicionado, os colegas sempre me questionavam se eu era “*normal*” por estar sempre transpirando, mesmo se estivesse frio.

Esses desafios que me acompanharam na trajetória acadêmica, foram ocasionados por uma estrutura que me observava como “*normal*”, partindo do pressuposto de não ter

diagnóstico. Esse olhar voltado ao “*não parecer autista*”, está comigo até hoje, mesmo após o diagnóstico, mas, carrega consigo respostas como a utilização do *masking*¹⁴ para esconder estereotípias do espectro que fogem da norma estabelecida - deixando de ser visto como normal/exemplo, para poder me ajustar ao padrão dominante, muitas vezes, indo contra minha própria identidade.

A permanência estudantil está totalmente vinculada à necessidade de se identificar com o meio presente, a partir de um corpo social constituído e que se sente incluído através das ferramentas disponibilizadas pela instituição de ensino.

Eu acho que o grande fantasma é a ideia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos (FOUCAULT. 1975, p. 235)¹⁵.

A falta de entendimento de como as normas técnicas agridem esses corpos que tendem a ser docilizados pela sociedade dificultam os caminhos para a permanência. Desta forma, se é gerado um deslocamento daquilo que é feito para incluir o estudante autista, como a compreensão destas normas disciplinares, visto que a norma dentro do poder para Foucault “não vacila, pois o poder pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua”. (FOUCAULT. 1975, p. 235).

Na reflexão sobre minha trajetória acadêmica como estudante autista, fica claro que as normas e as práticas institucionais na universidade nem sempre são inclusivas e adequadas para atender às necessidades e características específicas dos estudantes neurodiversos. A falta de compreensão e adaptação destas normas resulta em dificuldades de permanência e inclusão, podendo levar autistas a enfrentar obstáculos e até mesmo abandonar seus estudos - mediante as sobrecargas sensoriais e estímulos recorrentes do dia a dia.

A presença da norma social influente busca padronizar e disciplinar os corpos dos estudantes, pressionando os autistas a mascarar suas diferenças para se inserirem nos padrões estabelecidos. Essa pressão para se adequar à norma, muitas vezes, vai contra a própria identidade do indivíduo autista. É básico que as instituições de ensino compreendam e se adaptem às necessidades dos estudantes autistas, disponibilizando aparatos e recursos inclusivos, que permitam a sua plena participação e permanência. Desconstruir as normas disciplinares e o reconhecimento do poder que atua sobre os corpos dos indivíduos são passos

¹⁴ Masking é o ato de um indivíduo autista suprimir ou camuflar características e comportamentos autísticos para se adaptar socialmente.

¹⁵ “Pouvoir-corps”, in *Quel Corps?*. Paris: set-out. de 1975. Tradução de José Thomaz Brum Duarte e Déborah Darowski

indispensáveis para promover uma educação inclusiva, respeitando a diversidade e permitindo que cada autista seja reconhecido e valorizado em sua singularidade. A batalha pela inclusão é contínua, e é necessário um esforço contínuo para superar os obstáculos e construir uma sociedade mais acolhedora e igualitária para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto apresentado vem ao encontro da realidade educacional no ensino superior, no qual os caminhos para a permanência estudantil de estudantes autistas caminha junto aos processos de políticas públicas e sua importância para a compreensão das diferentes formas de a Pessoa com Deficiência ocupar um ambiente universitário, e sua influência na democratização do sistema educacional, a partir da constituição de um princípio inclusivo.

A falta de compreensão e adaptação destas normas, resulta em dificuldades na permanência e inclusão, produzindo obstáculos para os estudantes autistas, podendo levá-los a abandonar os seus estudos.

É crucial que as instituições de ensino superior compreendam e se adaptem às necessidades específicas dos estudantes neurodiversos, subsidiando recursos inclusivos que promovam a sua plena permanência. Desta forma, é necessário entender que a norma estabelecida como “*certa*”, vai contra a própria identidade do indivíduo autista prejudicando seu bem-estar e desenvolvimento acadêmico.

Considerando todos os aparelhos disciplinares, fica notório que as estruturas atuais das universidades não contemplam a inclusão de estudantes que não apresentem um laudo de deficiência, sendo necessário uma abordagem inclusiva e não discriminatória, porém, ressaltando a importância de que diferentes deficiências necessitam de diferentes suportes e acessibilidades.

A análise sobre a inclusão e a estrutura das normas revela os desafios enfrentados pelos estudantes autistas no ensino superior. É urgente compreender que o poder, a verdade e o discurso estão intrinsecamente ligados na constituição do corpo social. Todavia, ser autista implica estar em constante risco de exclusão, pois os recursos de poder, como as leis, produzem um sentido normatizador, dificultando a inclusão e a permanência.

A inclusão é constante, mas, através do reconhecimento e da notoriedade da singularidade de cada autista, é possível avançar rumo a uma educação que respeite a diversidade. Incluir requer um esforço para superar os obstáculos, e construir uma sociedade mais acolhedora e igualitária para todos.

Reconhecer e valorizar a individualidade dos estudantes autistas é fundamental para que eles se sintam pertencentes ao meio acadêmico e possam desenvolver todo o seu potencial. Somente por meio de ações conscientes e adaptativas, aliadas ao entendimento das necessidades dos estudantes neurodiversos, será possível transformar a realidade universitária

em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos os estudantes possam se desenvolver na sua vida acadêmica.

É imprescindível que as instituições de ensino se adaptem às necessidades dos estudantes autistas, oferecendo recursos inclusivos que promovam sua inclusão e permanência. A compreensão do papel das normas disciplinares e o reconhecimento do poder que age sobre os corpos dos indivíduos são elementos essenciais para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva.

Através dos conceitos de Foucault citados nas seções deste trabalho, é notório a dimensão da estrutura normatizadora das normas institucionais e como juntas atuam como técnicas institucionais de disciplina e poder. Neste cenário, é imprescindível que se caminhe e construa-se práticas que dialoguem contra a corrente dominante.

Quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.(FOUCAULT, 1976. p, 278).

O poder atravessa as relações sociais, as quais representam e moldam o corpo social como um todo. Essas relações não devem ser negligenciadas, dado que estão intrinsecamente relacionadas à produção, acumulação, circulação e funcionamento do discurso. Deste modo, promovendo o diálogo contra as estruturas normatizadoras, estaremos criando acessos para uma educação superior inclusiva e permanente.

REFERÊNCIAS

Aguilar, C. P. C., & Rauli, P. F. (2020). **Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior**. Revista Educação Especial, 33, e43/ 1–26.

ALMEIDA, E. P. de O.; OLIVEIRA, J. L. S.; ALVES, C. A. A.; SANTOS, T. M. M.; SILVA, E. **Percepção de professores sobre a educação inclusiva em uma instituição de nível superior no semiárido paraibano**. Scientia Plena, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019.

American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5**. 5th ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/54727?AspxAutoDetectCookieSupport=1>.

Acesso em: 9 jul. 2023.

BRANCO, Ana. **Análise das Condições de Acessibilidade no Ensino Superior: Um Estudo com Pós-graduandos**. UNESP. Faculdade de Ciências Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. 2015.

BRASIL **Decreto Nº 7611**, de 17 de novembro de 2011 - dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL **Lei nº 12711**, de 29 de agosto de 2015 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL **Lei nº 12764**, de 27 de dezembro de 2012 - institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL **Lei nº 13164**, de 06 de julho de 2015 - institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 16 jul. 2023.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ Vozes, 2003.

CANAL, Sandra. **A inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação superior**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação (2021).

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COSTA, B. S., Nakandakare, E. B., & Paulino, E. (2018). **A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação**. Refas - Revista Fatec Zona Sul, 4(4), 1–10.

Cruz, C., Pereira, C., Ferreira, C., Santos, H., & Ribeiro, M. (2016). **Criança Autista: Pais e Professores – Uma Parceria de Sucesso no Desenvolvimento de Competências**. Millennium - Journal of Education, Technologies, and Health, (39), 89-107.

FERREIRA, Catiane. **Transtorno do espectro autista (TEA), desafios e transformações diante do atual cenário de expressiva incidência escolar**. Ufsm.br, [S. l.], 2023. DOI: Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/28895>. Acesso em: 16 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, população**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Org. Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Org. Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2023. Curso no Collège de France, em 14 de janeiro de 1976. Tradução de Mara Teresa de Oliveira e Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Org. Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2023. "Pouvoir-corps", in Quel Corps?. Paris: set-out. de 1975. Tradução de José Thomaz Brum Duarte e Déborah Darrowski.

GUAZZELLI, N. M.; FONSECA, P. F. **Estudo sobre a presença do tema “transtorno do espectro do autismo (TEA)” nos currículos de graduação em pedagogia**. Olhar de Professor, [S. l.], v. 24, p. 1–17, 2021. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.24.18405.095.

GUIMARÃES, Maria. **Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior**. Rev. bras. educ. espec. Educação. (2021).

LEDUR, Hélen Caroline; NOBRE, Suelen Bomfim. **Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o ensino de Ciências**. Revista Acadêmica Licencia & Acturas, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 7-22, 31 dez. 2021. Instituto Superior de Educação Ivoti.

Marcos Históricos - Autismo e Realidade. 2022. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MASCARENHAS, Aparecida. **Novos avanços nas pesquisas em educação, psicopedagogia e psicologia**. Universidade Federal do Amazonas. ISSN-e 1983-3415, Vol. 23, Nº. 2, 2019

NEVES, Anderson Jonas das; ANTONELLI, Carolina de Santi; SILVA, Mariana Giroto Carvalho da; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica**

brasileira. Educação em Revista, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 43-70, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; ABREU, Tiago Florencio de. **A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG).** Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 59-76, 20 dez. 2019. Faculdade de Filosofia e Ciências.

ORTEGA, Francisco. **O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade.** Mana, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 477-509, out. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93132008000200008>.

PADRON, Clara. **Temple Grandin: especialista em manejo de gado com fama internacional - Autismo e Realidade.** 2019. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2019/07/12/temple-grandin-especialista-em-manejo-de-gado-com-fama-internacional/> acesso em 13/07/2023.

PEREIRA, D. R. M. Editorial. **Texto Livre**, Belo Horizonte-MG, v. 12, n. 3, p. i-ii, 2019.

PITANGA, Luisa. **Autoetnografia andarilha: fragmentos e entrelugares.** Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.”

REDAÇÃO. **Em março inicia a emissão da carteira do autista em Santa Catarina, 2020.** Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/em-marco-inicia-a-emissao-da-carteira-do-autista-em-santa-catarina/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

RIBEIRO-DE-SOUZA, L. M.; GOMES, M. L. de C.; SILVA, J. de A.; SANTOS-CARVALHO, L. H. Z.; MARTONE, M. C. C.; CARMO, J. dos S. **Oficinas sobre transtorno do espectro autista para pais, cuidadores e profissionais: análise de uma experiência.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e8/ 1–19, 2019.

ROSA, Fernanda Duarte; MATSUKURA, Thelma Simões; SQUASSONI, Carolina Elisabeth. **Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com tea.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 302-316, 2019. Editora Cubo.

SALES, J. F., & Viana, T. V. (2020). **A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação.** REVISTA INTERSABERES, 15(35).

SANDIN, S, Lichtenstein P, Kuja-Halkola R, Larsson H, Hultman CM, Reichenberg A. **The Familial Risk of Autism.** JAMA. 2014;311(17):1770–1777. doi:10.1001/jama.2014.4144.

SANTOS, E. C. dos; OLIVEIRA, I. M. de. **Meios auxiliares e caminhos alternativos: o aluno com autismo e a prática pedagógica.** Horizontes, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 121–133, 2018.

SANTOS, W. F. dos, Santana, V. S., Dias, L. de S. S., Teixeira, C. M. D., & Pondé, M. P. (2020). **A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior**. Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade, 9(3).

SAMPAIO, Cruz, MARIA, Melo. **Emparelhamento por identidade e TEA: efeito de pares de estímulos idênticos como consequência de pareamentos corretos**. Periódicos Eletrônicos em psicologia. 2018, vol.26, n.2, pp. 669-685.

SAVIANI, D. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência**. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020.

SILVA, Solange. **Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior: Analisando dados do INEP**. Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC – Brasil. Revista Psicologia Escolar e Educacional. 2020, v. 24

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: HALL, S.; WOODWARD, K.; TADEU, T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 73-102.

VALÉRIA PERES ASNIS; FABIANA LACERDA EVARISTO; TALISSA LOPES FERREIRA; ANA CAROLINA NILO. **Desenvolvimento pedagógico de crianças com autismo na fase pré-escolar e alfabetização**. Educação, Batatais, v. 6, n. 3, p. 73-90, jul./dez. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, Exclusão, In/exclusão**. 2011.

WUO, Andrea. **Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016)**. Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Educação. Blumenau, SC, Brasil. Saúde Soc. São Paulo, v.28, n.3, p.210-223, 2019.